



Município de Ibema
Secretaria Municipal de Administração
Av. Ney Euyrson Napoli, 1426 - CEP: 85478-000
Gestão 2021/2024
<http://www.pibema.pr.gov.br>



Câmara do Município de Ibema

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBEMA

PARECER CONCLUSIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A MESA DIRETORA DE VEREADORES DE IBEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno, combinado com o que dispõe o Artigo 59º da Lei de Responsabilidade fiscal e, considerando que:

- I- O Poder Executivo de Ibema atendeu a Convocação desta Câmara de Vereadores, para cumprimento do Artigo 9º, para demonstração e avaliação das metas fiscais e do plano municipal de saúde, do 1º quadrimestre do exercício de 2023.
- II- A Audiência Pública foi realizada na data de 30 de maio de 2023 de acordo com as regras internas estabelecidas por esta Casa Legislativa;
- III- Além da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais e do Plano Municipal de Saúde, o Poder Executivo apresenta ainda outros Demonstrativos voltados à transparência da Gestão Pública.

EMITE PARECER APROVADO E CONSIDERANDO ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ARTIGO 9º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Câmara de vereadores de Ibema, 19 de junho de 2023.

COMISSÃO: DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Presidente: Altevir Lorençatto

Relator: Paulo Piraceli dos Passos


Membro: Adão Adair Bandeira

COMISSÃO: FINANÇAS ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

Presidente: Junior Cezar Padilha

Relator: Paulo Piraceli dos Passos

Membro: Fidelcino Franco dos Santos


Dilso Rodrigues Padilha
Presidente do Legislativo



MUNICÍPIO DE IBEMA
ENDEREÇO: AV NEY E. NAPOLI, 1426
CNPJ: 80.881.931/0001-85

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DE 2023

Às 14:00 horas, do dia 30 DE MAIO DE 2023, reuniram-se no município de IBEMA, tendo por local a Câmara Municipal de Vereadores, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 1º QUADRIMESTRE DE 2023. Estavam presentes na Audiência Pública um total de 5 pessoas, conforme lista de presença anexa. Dando início aos trabalhos, o Coordenador RODRIGO SCATOLIN, fez uma pequena explanação de como seriam conduzidos os trabalhos. Dando continuidade, passou a apresentar as metas realizadas, onde foram destacados os seguintes resultados: Analisando as Metas de Arrecadação apresentadas, constatou-se que a Receita Total Prevista para o período é de R\$ 12.715.911,74, sendo R\$ 10.958.293,34 de Receitas Correntes e R\$ 1.757.618,40 de Receitas de Capital. Já a receita arrecadada registra R\$ 10.675.642,96 para as Receitas Correntes e R\$ 666.969,42 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R\$ 11.342.612,38. Pelos dados apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o total da Receita Arrecadada, no montante de R\$ 11.342.612,38, ficou ABAIXO das Metas de Arrecadação Previstas, que estavam estimadas em R\$ 12.715.911,74. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que o DEFICIT verificado no confronto da previsão com a arrecadação foi de R\$ -1.373.299,36. Pelos dados apresentados no cronograma de desembolso, conclui-se que até o término do período analisado, o município CUMPRIU o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa Realizada, no montante de R\$ 9.495.606,51, ficou ABAIXO das Despesas Previstas para o período, que estavam estimadas em R\$ 12.715.911,72. Na análise do confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período, verifica-se que apresenta valores positivos, ou seja, existe equilíbrio financeiro adequado. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$ 11.342.612,38, as despesas contabilizam a soma de R\$ 9.495.606,51, proporcionando um SUPERÁVIT FAVORÁVEL de R\$ 1.847.005,87. O Resultado Primário apurado no período, apresenta valores positivos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que as Receitas Não Financeiras predominam sobre as Despesas Não Financeiras, ou seja, ainda existem condições do município assumir novos compromissos para pagamento de dívidas. Com Relação as Receitas Financeiras no período, na importância de R\$ 353.391,09 ficaram abaixo das Despesas Financeiras na quantia de R\$ 145.535,28, num montante de R\$ -207.855,81. A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do período analisado, apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras. Comparando a Dívida Fiscal Líquida do início do exercício, na importância de R\$ -4.324.428,49 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R\$ -10.276.255,94, podemos deduzir que houve um decréscimo favorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis. Pelos dados orçados para o exercício, o município previu despesas de INVESTIMENTOS no montante de R\$ 8.387.234,40. Ao término do período, os investimentos totalizaram R\$ 417.743,99. Analisando o valor das Transferências Financeiras previstas na LDO para o exercício, na importância de R\$ 0,00, teríamos uma previsão média mensal de repasse no valor de R\$ 0,00. Comparando esta previsão com a média mensal de transferência apurada ao término do período analisado, no valor de R\$ 0,00, podemos deduzir que o repasse ficou igual da previsão estimada. Até o término do período analisado, o total de suprimentos repassados para a Câmara de Vereadores foi de R\$ 624.000,00. O demonstrativo da Dívida Pública Municipal foi apresentado contendo um saldo inicial R\$ 4.313.160,83, com o Saldo Final do período analisado que registrou R\$ 4.060.895,39, concluímos que o montante da Dívida teve uma redução no valor de R\$ 252.265,44, o que representa uma queda de 5,85%. Os Valores Orçados na Lei Orçamentária para os Programas do PPA - Plano Plurianual de Investimentos totalizam a importância de R\$ 46.967.328,18. O Saldo Final do período analisado registra R\$ 37.472.338,47. Diante disso, fica evidenciando que o Orçamento foi reduzido na importância de R\$ 9.494.989,71, que representa 20,22% sobre os valores originalmente orçados. No tocante aos índices de Saúde ficou demonstrado que a aplicação foi de 25,30%, evidenciando o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Na análise das despesas de saúde foi abordado que o montante de gastos até o período foi de R\$ 2.252.084,73, dos quais R\$ 362.987,77 são recursos do SUS e outras fontes, enquanto R\$ 1.889.096,96 são recursos próprios do município. O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Analisando a aplicação em educação foi de 31,96%, evidenciando que FOI CUMPRIDO o referido dispositivo legal. Isto representa que o município aplicou na Função Educação o montante de R\$ 2.998.884,78, sendo que no Ensino Fundamental foram aplicados R\$ 1.814.685,24, e na Educação Infantil foram aplicados R\$ 1.079.619,54. Também fora demonstrado na Audiência a situação com relação aos gastos de pessoal. Ao término do período analisado, o município apresenta um gasto consolidado com pessoal de 51,36%, sendo 2,19% do Legislativo e 49,17% do Executivo. Estes números indicam que os gastos consolidados estão 8,64 % abaixo do que fora previsto para o exercício. O Poder Executivo apresentou um dispêndio de 49,17% da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os gastos de pessoal do Poder Legislativo foram de 2,19%, da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'b', da LRF. Assim, estando apresentados os quadros demonstrativos das Metas Fiscais, a equipe coordenadora agradeceu as presenças e nada mais havendo a tratar encerrou a presente Audiência, da qual lavrou-se a presente Ata, que passa ser assinada pela equipe coordenadora e demais interessados.



Câmara do Município de Ibema

ESTADO DO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023 CONTRATO Nº 07/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR MANUTENÇÃO EM TELHADO E CALHAS DA CAMARA MUNICIPAL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº **02/2023**, tendo como vencedoras, pelo critério menor preço, as empresas:

Item	Empresa vencedora	Valor
1	MARIA DA LUZ TRINDADE DE ALMEIDA – 36.411.708/0001-82	26.950,00

Ibema, 14 de Junho de 2023


DILSO RODRIGUES PADILHA
PRESIDENTE

12-06
1989

01-01
1990

IBEMA



Câmara do Município de Ibema

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2023 PREGÃO PRESENCIAL 02/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção corretiva do telhado e calhas do edifício da Câmara de vereadores

Valor: R\$ 26.950,00 (Vinte e seis mil novecentos e cinquenta reais).

Contratado: MARIA DA LUZ TRINDADE DE ALMEIDA
CNPJ: 36.411.708/0001-82

Dotação Orçamentária:
01.001.01.031.0001.2.001 – Gestão da Câmara Municipal
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo

Fundamentação Jurídica: Artigo 24 inciso II da Lei 8666/93.

Ibema, 14 de Junho de 2023